

MULATAS, PRETAS E CRIADAS: ENTRE O TRABALHO ESCRAVO E O TRABALHO LIVRE EM BELÉM (1850-1900)



Marcelo Ferreira Lobo¹

Resumo

Este artigo trata da relação entre os discursos produzidos acerca das mulheres negras, escravas e libertas, nas últimas décadas da escravidão e pós a abolição (1850 - 1900), e as estratégias de sobrevivência delas diante das visões negativadas a que eram submetidas. A presença continua destas mulheres no cotidiano urbano da cidade de Belém, como ganhadeiras, vendedoras, criadas e amas as tornaram essencial as dinâmicas de produção em um contexto de efervescia econômica devido à economia da Borracha. O processo de modernização na Amazônia esteve vinculado a aspirações burguesas modeladas pelo ideal de civilização europeu, em tal contexto a presença de libertas e negras no ambiente doméstico foi tida como um mal necessário. Mostrei as tensões entre o modelo de domínio senhorial e a aspirações de liberdade destas mulheres.

Palavras-chave: Libertas; conflitos; Cidadania.

Abstract

This article deals with the relation between the discourses produced about black women, slaves and liberated women, in the last decades of slavery and after the abolition (1850 - 1900), and their survival strategies in face of the negative visions to which they were submitted. The continued presence of these women in the urban daily life of the city of Belém, as winners, saleswomen, maids and maids, made their production dynamics essential in a context of economic effervescence due to Borra's economy. The process of modernization in the Amazon was linked to bourgeois aspirations shaped by the ideal of European civilization, in such a context the presence of free and black people in the domestic environment was considered a necessary evil. I have shown the tensions between the model of manorial rule and the aspirations for freedom of these women.

Keywords: Free womam; conflicts; Citizenship.

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, PPHIST – UFPA.
E-mail: m.lobos2013@outlook.com



Minha mãe Raimunda, nascida em 1944, durante boa parte de sua vida trabalhou entre panelas e roupas sujas, recebeu o apelido carinhoso de “morena”, frequentou os lares de pessoas classificadas como classe média, empresários, jornalistas entre outros. Nas muitas das suas histórias que narra durante os cafés e almoços destaco uma em particular. Em casa de certo patrão rico era costume mandar suas criadas limparem a geladeira com água de coco. Quando “morena” foi designada para tal tarefa não lhe pareceu normal ou justo que se usasse do precioso líquido em uma atividade de limpeza, tomada de um senso próprio de justiça resolver dividir entre os demais criados a água, e limpar a geladeira com a boa e velha água sanitária e da pia. Tal “causo” remete a agência de mulheres que viveram sob a designação de “Domésticas”, suas formas (sutis) de resistência. Lutas cotidianas entre as visões de senhoras abastadas e suas criadas.

É importante frisar que as disputas ao entorno da mão de obra de mulheres que se processou entre a virada do século XIX para o XX esteve relacionado aos projetos de modernização e de construção de valores burgueses que, em contrapartida deparava-se com a presença “necessária e temerosa” de mulheres “subalternas”, pretas, mulatas e morenas, que ao longo do século XIX e, muito mais, após o 13 de maio de 1888 passaram exercer sua autonomia ante as estruturas paternalistas que buscaram novos mecanismos de coerção e controle sobre as mesmas.

Nas páginas em preto e branco: “mulheres de cor” nos jornais e folhetins

Ao folhear os jornais paraenses oitocentistas por vezes me deparei com a presença de mulheres, escravas e livres de “cor”. Elas compuseram um rico quadro social, agentes da própria experiência, aparecem circulando pela cidade, embriagando-se, brigando, vendendo, procurando emprego.² Para além da condição social e jurídica de libertas, elas tiveram de lidar com as estruturas de poder patriarcais, e por meio de arranjos familiares e enfrentamentos cotidianos sobreviveram e buscaram melhores condições de vida.

² Foram utilizados oito títulos de periódicos paraenses de regular circulação entre as décadas de 1850 a 1910, por meio de várias notas publicadas nestes é possível identificar a presença de escravas e libertas em conflitos do cotidiano, assim como folhetins publicados em meados da década de 1880. Todos os periódicos consultados estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, o que possibilitou o recurso de pesquisa por palavras-chave tais como “liberta”, “preta livre” “mulata” e “escrava”. Se para as décadas de 1820 e 1830 tais periódicos possuíam circulação restrita a camadas mais abastadas da sociedade, como destaca Aldrin Figueiredo no período pós-cabanagem no Pará, principalmente a partir da década de 1870 o consumo destes periódicos alcançou novas camadas sociais. Sobre a imprensa paraense no século XIX ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Páginas Antigas: uma introdução a leitura de jornais paraenses, 1822-1922. Margens, v. 2, n 3, 2005. p. 245-266.



Em 18 de maio de 1859 embarcou rumo a Lisboa a preta liberta Maria do Carmo do Espírito Santo, também embarcou a menor Emília Augusta da Silva.³O mais provável é que estivesse acompanhando a menor Emília como sua criada ou ama. Em 1860 Antônio da Motta Marques, sua mulher e seus filhos retiravam-se para Portugal na Barca *Paraense*, levavam em sua companhia a carafuza liberta Felippa.⁴No dia 14 de fevereiro do mesmo ano entraram em Belém, vindos do Maranhão as libertas, Anna Gertrudes (preta), Dionísia Brona (mulata), e a “preta velha” Rita da Conceição, estavam acompanhando D. Catharina Marques Campos e sua filha menor.⁵A constante companhia de amas ou criadas denota a presença de libertas e escravas dentro do lar senhorial, sob companhia dos menores, algo recorrente na sociedade brasileira oitocentista. No caso da província paraense a intensificação da entrada de escravos desde meados do século XVIII permitiu cada vez mais a presença destas mulheres no mercado de trabalho urbano de Belém.⁶

Em junho de 1859 foi publicado um anúncio de emprego; “precisa-se de uma criada liberta ou escrava, que saiba lavar e engomar, e costurar...”,⁷em outro anúncio também do mesmo ano procurava-se uma cozinheira escrava ou forra para alugar na padaria da praia n.º 41.⁸Barbará Palha em sua dissertação indicou que ao longo da primeira metade do século XIX a medida que Belém passava por transformações urbanísticas, como a drenagem do Piry e construção de milhares de domicílios na freguesia da Campina, a busca por mão de obra (qualificada ou não) para suprir a demanda de famílias senhoriais e comerciantes dinamizou o mercado de trabalho urbano de Belém.⁹

Em relação à população masculina, as experiências na escravidão e o processo de aprendizado em ofícios especializados potencializaram a mobilidade de forros qualificados diante de um contexto de valorização do trabalho manual após o término do tráfico de 1850. Para as mulheres as atividades vinculadas aos designados serviços domésticos, assim como a venda de alimentos não teria uma mudança significativa de

³ A Epoque: Folha Política, Comercial e noticiosa, 20/05/1859, p.2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. (HDBN)

⁴ Gazeta Oficial, 03/01/1860, p. 3. HDBN

⁵ Gazeta Oficial, 15/02/1860, p. 4. HDBN

⁶ PALHA, Barbara da Fonseca. *Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2011, p. 79-80.

⁷ A Epoque: Folha Política, Comercial e noticiosa, 07/06/1859, p. 4. HDBN

⁸ Gazeta Oficial; 04/06/1859, p. 4. HDBN

⁹ PALHA, Barbara da Fonseca. *Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)*. pp. 71-76.



status ao longo da segunda metade do século XIX. Contudo, também possibilitava para além da sobrevivência a construção de um lugar social.

Engomar, lavar, passar, cozinhar e amamentar todos estes verbos que designam certas aptidões proporcionaram as libertas e escravas chances de acumular recursos pecuniários. Algumas delas puderam contar com o auxílio de terceiros, indo além de sobrevivência, sobram recursos para investir nos projetos futuros, como alforriar parentes, comprar escravos e obter autonomia. O número de mulheres libertas em testamentos superava o número de homens, demonstrando uma pequena vantagem em relação às chances de mobilidade para as cativas.¹⁰

O fato de estarem vinculadas a família senhorial por meio das relações domésticas potencializaria as chances de liberdade, somando-se também as relações amorosas e violências sexuais praticadas por senhores contra as suas escravas, não que necessariamente isto levasse à alforria.

Estar forra não quebraria os laços com seus antigos senhores, e por vezes tais libertas estariam submetidas aos rigores das prerrogativas senhoriais de domínio. Na repartição de polícia da capital paraense em 29 de maio de 1855, além de ter sido preso o preto liberto Antônio Carlos por furto de seringa, também foi detida na cadeia pública de Belém a liberta Leocádia Maria, “por injúrias que dirigiu a quem deveria tratar civilmente”.¹¹ O “tratar civilmente” remete as hierarquias e expectativas senhoriais ante aos forros e forras, de quem se esperava deferência e submissão. Em 1887, o *Diário de Notícias* denunciava sob o título “*Ferimentos*” os abusos de um ex-senhor contra a mulata liberta Maria Viterbo Simões. Este ao encontrá-la “queria que ela lhe tomasse benção”, não tendo suas expectativas atendidas ele desferiu um golpe com o seu chapéu de sol na mulata.¹²

Em 1859 o subdelegado de Cametá enviou um ofício com os autos de averiguação de uma denúncia feita no Jornal *O Conservador* contra Antônio Rodrigues Vieira (3.º suplente de subdelegado de Cametá). Este teria posto em troncos a rapariga liberta Mathilde e a castigado, contudo, na leitura do delegado de Cametá (Guimarães Peixoto) não havia ocorrido crime algum. Em sua investigação verificou que a rapariga havia sofrido “somente uns bolos por falta de costuras mandadas dar pela senhora do mesmo Antônio Rodrigues”, não resultando em crime algum visto que “a rapariga foi criada em

¹⁰ LOBO, Marcelo Ferreira. “Apesar de Preto é cidadão”: trabalho, família e mobilidade de libertos no Brasil (Grão-Pará, 1796-1918). Tese de Doutorado, PPHIST/UFPA, 2019.

¹¹ Treze de Maio (PA), 30/05/1855, p. 1. HDBN.

¹² Diário de Notícias (PA), 07/04/1887, p. 2. HDBN.



sua casa desde a infância tem estado em baixo de sua proteção, e em seu governo, o que é publicamente sabido em todo este termo”.¹³

O caso de Mathilde remete as práticas de controle e disciplina sobre as libertas. Estas sob condições precárias, viviam ameaçadas de sevícias e abusos sexuais. Sidney Chalhoub analisou o caso de estupro da escrava Honorata, com 12 anos de idade, seu senhor morador em Pernambuco foi acusado de violentá-la. O caso foi tão chocante que levou a abertura de um inquérito policial, como destaca Chalhoub o mais impressionante foi o fato do senhor não negar o estupro, mas defender-se alegando que o ato não se caracterizava como um crime, pois segundo o artigo 222 do código criminal do Império o senhor possui pleno poder sobre sua propriedade “salvo em casos de homicídio ou castigos cruéis”.¹⁴

Noções mais amplas sobre direitos próprios aos libertos como conservação, vida, honra e propriedade estavam em jogo nestas disputas de escravas e libertas contra antigos proprietários. Formas paralelas de controle sobre a mão de obra de libertas e menores vigoraram ao longo do século XIX (contratos de locação de serviços, tutelas, alforrias condicionais), o “desvelo” promovido por senhores aos seus escravos e libertos convertia-se em domínio e expectativas de obrigação.

O jornal *Diário de Belém* em abril de 1870 narra sob o título “*ELLE ME REMIO*” a história de uma escrava vendida em hasta pública. Um cavalheiro que passava diante do leilão de uma escrava decidiu comprá-la, e imediatamente deu-lhe a liberdade. Espantada, a recém liberta ficou atônita, paralisada de emoção, quando da partida de seu redentor ela deu um passo adiante e declarou:

- Meu senhor, seguir-vos-ei para onde quer que seja: servi-vos ei enquanto for viva, porque eu era cativa, e vós me remistes. Oh! Sim, ele me remiu! Ele me remiu; exclamava ela, erguendo os braços, em cujas mãos a carta de sua liberdade era convulsivamente apertada.

A turba de curiosos aplaudiu esta cena; e os próprios parceiros, bendizendo com ternos e húmidos olhares de generosidade, abriram passagem ao cavalheiro, que lá foi caminho de sua casa, seguido da escrava que libertara.¹⁵

Tal narrativa sob o contexto do movimento emancipacionista paraense, buscou estimular a benevolência senhorial ante uma recompensa que diluiria a tensão da relação senhor-escravo, proporcionando a gratidão do liberto. O impacto das narrativas publicadas nos jornais de Belém construía o imaginário social acerca de diversos temas,

¹³ Gazeta Oficial (PA), 21/06/1859, p. 1. HBDN.

¹⁴ Ver prefácio feito por Siney Chalhoub do livro de Camila Cowling, “Concebendo a liberdade; Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro”; p. 15-18.

¹⁵ Diário de Belém, 06/04/1870, p. 1. HBDN.



de escravos assassinos, até as bondosas *mães pretas*. Neste sentido tomo aqui de empréstimo a ideia de *iconografia do imaginário* apresentada por Schwarz, cujos romances oitocentistas por vezes apresentados ao público por meio os jornais, vão formulando visões acerca dos sujeitos históricos, expectativas e sentimentos coletivos de um dado contexto social.

Ginzburg ao discutir as análises de Eric Auerbach sobre dois romancistas do século XIX (Balzac e Stendhal) demonstra o quanto o tom verossímil de tais autores contribui e se coaduna com a narrativa histórica, não pela verdade posta nas obras, e sim pelo tom verossímil a qual tais autores impregnavam seus textos.¹⁶ Neste sentido, Robert Schwartz ao analisar os romances de José de Alencar e Machado de Assis, tece considerações da imigração de modelos do romance europeu ao Brasil, “a imigração do romance, particularmente de seu veio realista, iria por dificuldades”. As dificuldades estariam vinculadas a importação do modelo europeu frente a uma realidade social brasileira composta por uma multiplicidade de gentes e cenários que não se aplicavam aos ambientes europeus, implicando em construções literárias não tão verossímeis, desafio melhor encarado, segundo Schwartz, por Machado de Assis no seu “realismo da observação miúda”.¹⁷

Contraopondo-se ao projeto emancipacionista apresentado na figura da escrava/liberta agradecida, Marques de Carvalho¹⁸ escreveu um livreto sob o título *A Viola de Joana*. Publicado originalmente em formato de folhetim nos jornais de Belém ao longo de três meses.¹⁹ Esta obra foi editada em formato de livreto pela tipografia do jornal *Diário de Notícias* em 1888, e narra as peripécias da mulata Joana, as vésperas da abolição.

¹⁶ GINZBURG, Carlo. A áspera verdade – um desafio de Stendhal aos historiadores. In: O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁷ SCHWARZ, Roberto. A importação do romance e suas contradições em Alencar. In: Ao vencedor as Batatas: forma literária e o processo social nos inícios do romance brasileiro. – São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, pp. 35-80.

¹⁸ João Marques de Carvalho, nasceu em 1866 em Belém (1866-1910), concluiu seus estudos na Europa retornando a Belém em 1883, foi escritor, jornalista, político e diplomata, tendo vários contos publicados nos periódicos de Belém. Ver: Eustáquio de Azevedo (antologia Amazônica).

¹⁹ Ao analisar as obras de literatos paraenses na virada do século XIX para o XX, Silva destaca o papel primordial que os periódicos tiveram na publicação, circulação e difusão de obras escritas por literatos no Pará, entre tais periódicos o Diário de Belém destacou-se por ser um dos primeiros a abrir as suas páginas aos escritores locais. Ver: SILVA, Alan Victor Flor da. *Vida literária na Belém oitocentista: a contribuição do Diário de Belém para o desenvolvimento das letras na capital paraense (1882-1889)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018, p. 23-27.



Suas obras de verve naturalista ambientavam e retratavam figuras do cotidiano urbano da capital paraense, como destaca Flor da Silva,²⁰ é no mundo suburbano de Belém em um contexto de desenvolvimento econômico vigoroso da chamada *Belle Époque* que este autor resgata a presença de “gente miúda”, lavadeiras, aguadeiros, vendedoras, vadios, o espaço doméstico e a rua. Segundo ele; “o romance de Marques de Carvalho, portanto, representa uma parcela da sociedade belenense excluída do processo de desenvolvimento pelo qual a metrópole da Amazônia estava passando, em razão do capital excedente da economia gomífera”.²¹

Ao consolidar um imaginário acerca da mulata, livre ou forra, podemos entrever leituras sobre estas mulheres. Tais leituras estarão presentes nas disputas entorno da autonomia, sexualidade, honra e família de tais sujeitos. Não à-toa as mulheres mais atingidas pelo juizado de órfãos de Belém entre 1880 e os primeiros anos após o fim da escravidão foram as egressas do cativeiro, desqualificadas, designadas como incapazes de zelar pelos próprios filhos, bêbadas, prostitutas, cheias de vícios, estas foram alegações recorrentes feitas por ex-senhores afim de obter a tutela dos menores.²²

Imagem - I



(Imagem retirada da edição de 1888, p.2).

²⁰ SILVA, Alan Victor Flor da. *Marques de Carvalho na Imprensa periódica paraense (1880-1900)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras; ILC/UFPA, 2014, p. 30.

²¹ Idem, p. 30.

²² Ver: MODESTO, Victor Hugo (2018); “*Nascidos de Ventre Livre*”: *A Tutela de “Ingênuos” Em Belém Do Grão-Pará (1871-1889)*. Monografia de conclusão de curso – UFPA/FAHIS, 2018. LOBO, Marcelo Ferreira. *Liberdade tutelada: ingênuos e órfãos no Pará (1871-1893)*. Dissertação de Mestrado; PPHIST/UFPA. - 2015.



Acima temos a imagem reproduzida na publicação de 1888 de *A Viola de Joanna*. Joanna é apresentada de maneira sexualizada, com as pernas e parte do busto a mostra, em trajes simples, estirada em sua rede dentro de um casebre com sua viola em mãos, entre os moveis é possível encontrar apenas um baú, uma mesinha com espelho sobre a qual está posta uma garrafa, um vaso de barro ao chão provavelmente utilizado para guardar água, um paneiro pendurado na parede, e um quadro posto na parede logo atrás de Joanna. Temos também os animais domésticos, um cão, um gato e um papagaio, este cenário deve ter levado ao leitor contemporâneo a obra a vislumbrar o lar de uma classe subalterna, pequeno, quase “nu” de moveis e utensílios, a qual os pobres estavam jogados aos seus vícios e maus costumes.

A imagem construída de Joanna e seu lar, remete a um ambiente precário, poderia estar composta também pelos oratórios e imagens de santos comuns aos libertos que aparecem nos testamentos oitocentistas, contudo, buscou-se destacar a vida mundana de Joanna, seu lado boêmio com a viola em mãos.²³

Ao apresentar o seu texto, Marques de Carvalho, destaca não possuir grandes pretensões literárias ou estéticas, tais versos teriam surgido no dia a dia “de um repentizinho de bom humor”. Tais versos seriam consonantes as práticas e costumes do cotidiano de pobres.

Maruel Ferreira analisou as hierarquias de cor presente nos romances do século XIX, particularmente na obra *O Pagé* de Marques de Carvalho. Para ele a temática do homem negro esteve em pauta na literatura oitocentista a partir da segunda metade do século, vinculado a questão da construção de uma identidade nacional, incluído os debates na região amazônica. Ao destacar a presença de certas personagens negras e mulatas nesta obra. Maruel indica que Marques de Carvalho ultrapassa a imparcialidade do “veio naturalista” e impõem suas concepções e hierarquias no texto, destacando uma visão hierarquizada dos costumes populares, em seus personagens entreve-se que o literato teria “absorvido o pensamento acerca das teorias raciais” em meados do século XIX.²⁴

²³ Certamente os lares de grande parte da população paraense se caracterizava pela simplicidade de seus utensílios, ainda assim destaca-se que para um grupo restrito dos egressos do cativo ocorreu a possibilidade de mobilidade e acumulação de bens materiais.

²⁴ BARBOSA, Maruel Ferreira. *O Pagé: o naturalismo inacabado de Marques de Carvalho (1884-1887)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, PPHIST/UFGA; 2011, pp. 124-133.



Para algumas figuras femininas como Joanna, a escrava Josepha e sua filha Isaura,²⁵ Marques de Carvalho buscou atribuir virtudes, ao mesmo tempo que destacava as características vinculadas as classes subalternas. Para sua personagem Joanna, o literato, atribui um tom positivado dos seus costumes, e desafia ao leitor a encontrar em casa uma mulher que retrate as virtudes de Joanna; “a minha heroína é uma ficção, mas uma ficção que exprime a maior realidade de nossa sociedade; porque não se finge, senão o que realmente existe”, frisando ainda ao leitor “quem sabe se não tem em sua casa uma Joanna, uma dessas raparigas, apaixonadas, dedicadas, amorosas, que estimam a gente com todas as veras do amor”.

Composta por trinta “modinhas” a narrativa apresenta Joanna e seu “amásio”. Ao cantar seus amores pela mulata este vai construído as representações sobre a mulher de cor. Na modinha I é apresentado o mulato velho que rememora sua vida com Joanna, em seguida ela é apresentada; “mulata-sangue de gato/mulata-sangue sem lei/se tu queres ser rainha toma meu cetro de rei”. Joanna é posta como uma personalidade forte, rebelde, e em certo sentido independente. Na mesma modinha (II) é posto a sexualidade da heroína, além de mostrar que a mesma era cativa; “veras mulatinha bela, /que varinha de condão.../faz esquecer aos cativos/as dores da escravidão;/faz desprezar os deleites/ da próxima redenção”.

A sexualidade da heroína é apresentada em vários trechos da obra, os desejos do mulato por Joanna são cantarolados várias vezes através de alegorias que remetem a relações sexuais. A primeira relação de Joanna é desenvolvida ainda infância, no quintal da casa a qual corria e brincava, neste momento ao “acabar a brincadeira” Joanna deixava de ser criança, poderia estar cá a alusão a uma relação consentida, ou como era comum as escravas da casa um estupro perpetrado pelo senhor moço, ou outros cativos.²⁶

Ao caracterizar Joanna o autor a designa “faceira como um macaco/tem as doçuras da cana/no requebrado... que coisa”. Como destacou Maruel Ferreira, é possível perceber no literato em questão as impressões racializadas sobre os negros e mulatos, uma concepção higienista é percebida na própria iconografia presente da obra (imagem I). Em relação às

²⁵ Josepha e Isaura são as personagens apresentadas no conto *A Lição de Paleógrapho*, publicado em 1889 no primeiro aniversário da abolição da escravidão no jornal *A Província do Pará*. o conto narra a trajetória da escrava Josepha e sua filha Isaura, esta última foi levada para Europa em companhia da família do senhor de Josepha, seu senhor prometia instruí-la e educá-la, anos de passaram quando Josepha recebe uma carta de sua filha e decide aprender a ler para que pudesse ela mesma ler a carta.

²⁶ “Em lá chegando, botava/o ferro no seu canal;/faria do peito dela/ meu escaler festival (modinha IV). “e o brinquedo do jujú/no quintal da Violante/Tu te lembrás, ó Joanna/ Desse brinquedo galante? /Escondíamos da mãe/por detraz da pacoveira.../um dia...Zaz! deste um berro, /E acabou a brincadeira.



atividades domésticas, Joanna é posta como um artista da cozinha, ao mexer e remexer a panela Joanna vai afinando sua habilidade culinária.²⁷

Duas modinhas do livreto remetem a abolição da escravidão, e representam a autonomia destas mulheres alforriadas pelo 13 de maio:

Minha Joanna está livre,
Livre, livre como o vento;
Livre como o pensamento.
Não é só o ventre d'ella
Que goza da liberdade;
Da cabeça aos pés
Ela é sua propriedade.
Quando quer, dá seus passeios;
Vai aqui, vai acolá
Acabou-se a nhanhã velha,
Não conhece mais sinhá.
Já não tem mais impedimentos,
Vai fazer filho a vontade...
Ai! Amor, me abraça e grita:
- Viva a santa Liberdade!
Já lá se foi o bom tempo
Do tirano mestre André
Que com quatro badaladas
Nos punha logo de pé.
Joanna, bela joaninha,
É nosso agora este mundo;
Vamos fazer um filhinho,
Que se chamará Raimundo.

A autonomia promovida pela liberdade constrói um contraponto ao ideal da mulher burguesa que se consolida no contexto de meados dos oitocentos. O ir e vir destas mulheres, pode ser tomado, segundo Sônia Roncador, enquanto um “signo de contaminação” do ideal da domesticidade feminina. Isto estará presente nas obras que retratam as criadas domésticas ao longo da década de 1880 e a primeira República, não à-toa um elemento comum na busca de uma boa criada nos anúncios de oferta de trabalho são os “bons costumes”, que incluíam a contenção do ir e vir entre a rua e casa.

O próprio “trovador” das modinhas pragueja contra a abolição e as atitudes de Joanna tomadas na liberdade, “vá para o inferno a lei de maio/que aboliu a escravatura”. Livres, às outrora cativas puderam buscar agir com mais autonomia, e a relação de caráter patriarcal passava por novas tensões, a troca de favores (incluídos sexuais) já não seria um dos principais mecanismos de sobrevivência: “quando a linda Joaninha/ era escrava, sim, senhor/me dava muitos presentes,/sem exigir-me favor”.

Hoje ...adeus, bela vidoca!
Quer dinheiro e mais dinheiro:
Se não lhe faço a vontade,

²⁷ “Mas a arte não quer dizer/só nos bailes bem dançar/Arte está no bem fazer/ e no melhor acabar/Aplicate bem Joanna/Nesta arte culinária;/imitando o quanto puderes, / uma *tar de januaría*.”



Passa a mão na liberdade,
Piza duro no terreiro,
Lá se vai escafedendo,
Sem nada fazer-lhe móssa;
Em quanto eu fico fazendo
Como o cachorro da roça.

A liberdade tida como um problema, foi uma das questões centrais nos discursos sobre a abolição da escravidão. Estaria o liberto apto a viver em liberdade? Como lidar com a “horda” de libertos despreparados e incutidos dos “vícios” do cativo? Valder Paixão analisou os discursos de Joaquim Nabuco e Tavares Bastos quanto a questão do fim da escravidão, demonstrando nestes discursos a necessidade de uma política de preparação destes libertos para “tornarem-se cidadãos”, por meio do trabalho e da educação.²⁸

Marques de Carvalho ao final deixa “Joanna falar”, por meio de uma carta que “ela escreveu” a sua amiga *Maria do Rosário*. Joanna descreve o que ocorreu na casa de seu patrão durante um domingo, ao explicar de maneira sôfrega o funcionamento de um estranho aparelho (telefone) que ficava na sala de seu patrão. O autor está evidenciando as transformações que se processam em meados daquele século, a ideia de um progresso científico com o desenvolvimento de tecnologias a luz do pensamento moderno, como também indica um mundo rústico, atrasado e ignorante diante da reação de Joanna.

Às três da tarde, quando a mulata estava a preparar a janta o telefone tocou e não demorou para escutar os gritos de seu patrão; “Viva a liberdade! Viva a princesa! Viva João Alfredo! Viva Joanna!”. Joanna relatava a sua amiga o fim da escravidão: “Estamos livres, minha querida amiga, estamos livres desse cruel cativo que, *quando mesmo mais suave parecesse*, era sempre insuportável, porquanto usurpava o direito que tínhamos ao nosso trabalho e ao seu produto”, ao termino da Carta assinava o nome “Joanna Treze de Maio”.

A perspectiva lançada pelo autor atribui a existência de modalidades mais suaves da escravidão, uma relação menos cruel, e quiçá mais humana. Entreve-se uma romantização da exploração do trabalho dos cativos, para o autor o que estava em jogo era o direito ao produto do próprio trabalho, essa foi a leitura de muitos abolicionistas da década de 1880, ao liberto caberia usufruir dos frutos de seu suor livremente, contudo como já

²⁸ SILVA, Valder Paixão e. *Abolicionismo e Instrução: o aprendizado da liberdade (Pará, 1860-1888)*. Trabalho de conclusão de curso; Faculdade de História, IFCH/UFPa, 2019.



demonstraram os estudos de Walter Fraga²⁹ e Iacy Maia Matta,³⁰ a concepção que os libertos do treze de maio sobre sua autonomia ia muito além dos projetos senhoriais.

Outro escritor paraense que abordava os costumes das populações mestiças em suas obras e estudos foi José Veríssimo de Mattos. Como destaca Bezerra Neto em sua análise sobre o pensamento etnográfico deste literato, nota-se que suas ideias estavam em consonância com as teorias do racismo científico em voga. Suas obras destacam a perspectiva de degradação das raças mestiças, não tanto pelo viés biológico, mas em função ao “meio e as condições” a que haviam sido expostos, contudo, Veríssimo atribuía um sentido positivo a miscigenação, acreditando no aperfeiçoamento da raça mestiça por meio da introdução de imigrantes europeus.³¹ Sônia Roncador ao analisar a construção do imaginário sobre as empregadas domésticas por meio da literatura ao longo do século XX, demonstra o quanto estas mulheres tornaram-se um signo de contaminação do lar e do modelo ideal de feminilidade burguesa. Sendo necessários mecanismos de controle, disciplina e moralização destas mulheres das classes populares, principalmente as criadas nacionais, oriundas da escravidão, carregada de vícios, e maus costumes.³² O que estava em jogo entre as últimas décadas da escravidão e as primeiras da República eram as aspirações das elites ante as concepções modernizantes de civilização, ao mesmo tempo que a mulher ideal deveria dedicar-se ao lar, ela não caberia funções tidas como “grotescas”.

Neste sentido o término da escravidão levou a autoridades da capital paraense a debaterem sobre uma regulamentação do serviço doméstico. Mais do que o controle sobre a autonomia de tantas “Joannas do Treze de Maio”, os debates estavam entranhados das concepções do racismo científico, e da política higienista da *Belle Époque*. Corroboro com a tese de Sônia Roncador de que o medo dos senhores em relação aos seus escravos,³³ particularmente os domésticos, não só foi transferido como aumentou após a abolição para a relação entre amos e criados. Passaram-se mais de 20 anos após a abolição da escravidão, e em Belém ainda era debatida a questão dos riscos da “criadagem”, dois

²⁹ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

³⁰ MATA, Iacy Maia. — *Libertos do Treze de Maio! e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição*. Revista Afro-Ásia nº 35, pp. 163-198.

³¹ BEZERRA NETO, José Veríssimo. *Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877/1915)*. Dados vol.42 n.3 Rio de Janeiro 1999.

³² RONCADOR, Sônia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. — Brasília: editora Universidade de Brasília, 2008, pp. 17-76.

³³ Sobre o fenômeno do medo da ação dos cativos as vésperas da abolição ver: AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra medo branco, o negro no imaginário das elites no século XIX*. Annablume, 2004.



longos artigos foram publicados no jornal *Estado do Pará* em junho de 1918, a tônica central de tais artigos era o “saneamento moral e social de Belém” por meio da criadagem.³⁴Muitas das concepções presentes na literatura acerca de tal camada da população estiveram presentes nos debates da Câmara Municipal em março de 1889.

De preta escrava a criada mulata

Entre as últimas décadas do Império e o início da República, políticos, intelectuais, e as classes mais abastadas passavam a discutir sobre o trabalhador livre, suas aspirações burguesas, junto as ideias raciais em voga construíam um modelo civilizatório que deveria ser implantado. Como destaca Sárge: “*naquela época, a sociedade da borracha que tentava se europeizar imprimiu mudanças na mentalidade em transformação, exigindo tipos específicos de trabalhadores*”.³⁵O modelo do imigrante europeu deveria proporcionar dupla vantagem, não teriam os vícios oriundos da escravidão e poderiam por meio da mestiçagem melhorar a condição biológica dos povos amazônicos.

A racialização do mercado de trabalho foi um dos desafios encontrados pelos egressos da escravidão e seus descendentes. Em paralelo à entrada de migrantes cearenses desde a década de 1870,³⁶temos a partir de meados da década de 1880 a entrada de milhares de estrangeiros vindos de diversas regiões, da Europa como os portugueses³⁷e espanhóis³⁸e barbadianos.³⁹

Mesmo diante das pressões do tráfico interno, a província paraense manteve seu contingente de escravos. Belém ainda concentrava número significativo de escravos, em 1888 correspondia a 24,12% da população escrava da província.⁴⁰Podemos somar a tal contingente, os libertos que se mantiveram na capital paraense, tomando apenas as

³⁴ Estado do Pará, 23/06/1918, p.1; 16/08/1918, p. 2. HDBN.

³⁵ SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas, Tributos e Mercado de Trabalho em Belém (1890-1910)*. In: Tesouros da Memória – História e Patrimônio no Grão-Pará. Aldrin Moura Figueiredo & Moema Bacelar Alves (orgs.). MABE, 2009, Belém.

³⁶ LACERDA, Franciane da Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889/1916)*. Belém; Ed. Açaí, 2010.

³⁷ GUIMARÃES, Eduardo Valente. *Migrações portuguesas no Pará (1800-1850)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

³⁸ MALCHER, Aline de Kassia. *Chegadas e partidas: a trajetória de trabalhadores espanhóis na metrópole amazônica (1898-1920)*. In: Trabalho, democracia e direitos, volume 2: mundos do trabalho, identidades e cultura operária [recurso eletrônico] / Clarice Gontarski; Speranza; Micaele Scheer (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, pp. 233-254.

³⁹ LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. *Barbadianos negros e estrangeiros: trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX*. Tese – Universidade federal Fluminense, Departamento de História, 2013.

⁴⁰ BEZERRA NETO, José Maia. *Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888)*. Revista: História & Perspectivas, Uberlândia (41): 267-298; jul/dez.2009.



alforrias levantadas por meio dos testamentos, as décadas de 1870 e 1880 foram a que mais produziram manumissões em termos percentuais. Além destas, a partir da década de 1870 os escravos adquiriram mecanismos legais para obtenção da liberdade por meio da Lei do Ventre livre (1871) e dos Sexagenários (1885), tendo nos tribunais de Belém um espaço para lutar pela liberdade.⁴¹O mundo urbano atraiu essa população liberta em virtude das possibilidades de trabalho, moradia, e redes de solidariedade como a irmandades religiosas. Os dados abaixo confirmam tal afirmativa.

TABELA – I

Trabalhadores Livres e Escravos da Província paraense, 1872 ⁴²				
	Livres	Escravos	%*	Total
Artistas	2.056	76	0,81%	2.132
Marítimos	971	56	0,39%	1.027
Pescadores	894	95	0,37%	989
Criados e Jornaleiros	3.193	1.043	1,62%	4.236
Serviços Domésticos	22.657	3.831	10,13%	26.488
Costureiras	6.141	960	2,71%	7.101
Edificações	888	360	0,47%	1.248
Madeiras	2.232	283	0,96%	2.515
Lavradores	83.979	11.353	36,48%	95.332
Criadores	943		0,36%	943
Sem profissão	110.370	8.944	45,65%	119.314
Total	234.324	27.001	100%	261.325

* Percentual de trabalhadores Escravos em relação ao total de trabalhadores.

⁴¹ LOBO, Marcelo Ferreira. Direito e Escravidão: *As ações de liberdade nos tribunais de Belém na segunda metade do século XIX*. Trabalho de conclusão de curso. UFPA, IFCH, Faculdade de História, 2011.

⁴² Dados sobre o censo imperial de 1872 disponíveis no site do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica/ NPHEd. www./nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72 , acessado em 01/08/2019, às 10:40.



Tabela II

Trabalhadores escravos da capital do Grão Pará, 1872.		
Serviços Domésticos.	1.130	22,21%
Lavradores	1.034	20,32%
Criados e Jornaleiros	767	15,07%
Marítimos.	62	1,21%
Pescadores	37	0,72%
Atividades mecânicas	873	17,16%
Sem qualificação definida	1.184	23,27%
Total	5.087	100%

Na tabela acima optei por utilizar apenas atividades que contam com a participação de escravos, outros ofícios como cirurgiões, juízes, e demais atividades declaradas de “profissionais liberais” foram deixadas de lado. Após as atividades dedicadas a agricultura, que ocupam a maior parcela da população da província, foram seguidas justamente ofícios dedicados aos serviços domiciliares e urbanos, serviços domésticos, seguido por criados e jornaleiros, correspondendo a 11,73% do total de trabalhadores. Destes trabalhadores, Belém concentrava 30%, 57,08% e 80,53% entre serviços domésticos, criados e jornaleiros, e artistas respectivamente. Embora a permanência de cativos neste mercado urbano de trabalho seja importante, visto que muitos eram alugados a terceiros por seus senhores e agentes, a presença contínua de libertos deve ser tida como uma válvula de suprimento de mão de obra. Em abril de 1885 a bordo do vapor *Pernambuco* chegavam a Belém alguns libertos que foram contratados em Teresina, o *Diário de Notícias* denunciava que entre homens e mulheres desembarcados haviam menores, possivelmente ingênuos,⁴³ no início do mês de abril do mesmo ano pelo vapor *Dito* chegaram 48 passageiros, sendo 28 libertos, para trabalharem na olaria de Domingos Noguez.⁴⁴

No Pará oitocentista temos uma população caracterizada pela mestiçagem, das 275 232 almas apontadas na província pelo censo de 1872, divididos segundo o censo em brancos, pardos, pretos e caboclos, livres e escravos, os não brancos chegam a 66, 34% da população do Grão-Pará. A capital, Belém, possuía valor aproximado em relação a sua população não branca, das 61 997 almas da cidade, 64,82% eram pretos, pardos e

⁴³ Diário de Notícias, 08/04/1885, p. 3.

⁴⁴ Diário de Notícias, 07/04/1885, p. 3.



caboclos, chegando a ter em 1872 pelo menos 225 africanos livres dos 586 apontados pelo censo. Somados pretos e pardos, estes ultrapassam de longe a população designada como branca. Desde a segunda metade do século XIX, e particularmente a partir da década de 1870, as discussões sobre a mão de obra livre perpassaram pelo viés da educação, uma educação de caráter oficioso para as classes populares, inculcando não apenas as habilidades necessárias ao ofício,⁴⁵ mas valores morais que atribuíssem as atividades mecânicas um caráter positivo. O mercado de trabalho para a população masculina se apresentava sob um leque de atividades, contemplando escravos e libertos, para as mulheres a maior parte das oportunidades estariam disponíveis nos “serviços domésticos”.

Vicente Salles classificou as escravas de serviço doméstico como uma categoria a parte, onde ocorria uma maior aproximação entre cativos e senhores, e por vezes resultava em um processo de mestiçagem. Várias cidades do Império passaram a debater ao longo das décadas de 1870 e 1880 a necessidade de controle sobre a mão de obra dos fâmulos.

Em novembro de 1883 no *Diário de Belém*, foi publicado um longo artigo versando sobre a segurança pública e o combate a vadiagem na capital paraense. O articulista buscava instigar uma atuação mais efetiva da polícia contra a “malta de vadios”, dando caça a estes e os obrigando a assinar o *termo de bem viver*, a questão da emancipação escrava esteve vinculada ao tema; “entretanto maltas de vadios encham as nossas ruas, hoje principalmente com o subsídio que recebem do elemento servil, cuja extinção todos procuramos”. Ao recém liberto conviria a obrigação ao trabalho, visto que:

O escravo se liberta e vai para os cortiços, enferma no vicio e entra logo para o círculo dos que esmolam a caridade pública. Liberta-se para ser pesado a ordem pública e finalmente a caridade dos bons e prestantes cidadãos!

Por que se o não constringe ao trabalho?

Cumprisse a polícia o que lhe incumbe com relação aos vadios, e a moralidade pública lucraria imensamente, e a indústria não viveria entre nós tão esmorecida à mingua de braços.

Tal leitura sobre o liberto permanecerá presente ao longo da década de 1880 e nos anos subsequentes a Abolição da escravidão. Neste cenário de crítica a mão de obra nacional, políticas de controle e formação de mão de obra estiveram ao lado de projetos de melhoramento da raça com a entrada de imigrantes europeus, no Pará entre 1890 e 1920 entraram por volta de 15 000 imigrantes espanhóis em direção às colônias

⁴⁵ COSTA, Raíssa Cristina Ferreira. *A pedagogia da liberdade: a educação profissionalizante e o Instituto Paraense de Educandos Artífices*. Monografia de Conclusão de Curso. UFPA/ IFCH, Faculdade de História, 2016.



agrícolas.⁴⁶Uma mão de obra que não estaria necessariamente qualificada, mas desejava de escapar dos conflitos e condições precárias de seu lugar de origem.

O articulista do *Diário de Belém* dedicou algumas linhas para falar da criadagem. Segundo ele as mulheres que se colocavam a alugar impunham de imediato a condição da “dormida livre”, “porque o cortiço é seu elemento e a prostituição seu sonho de todas as horas”. O controle sobre as práticas e costumes de suas criadas foi um dos temas mais discutidos quando da regulamentação do serviço doméstico em Belém, o articulista deixava claro que as criadas daquele contexto eram um mal necessário, um risco ao seio familiar, a moral, um canal de contaminação, “e pode uma mulher dessas ser admitida em casa de família? A que outras se recorrerá?”.

São Paulo,⁴⁷Rio de Janeiro,⁴⁸Rio Grande do Sul,⁴⁹Recife, Salvador⁵⁰e Belém tiveram seus embates nas assembleias locais a fim de regulamentar os serviços domésticos. Segundo Marina Barreto, na década de 1880 ao menos 25 cidades do Império passaram a debater e produzir regulamentos sobre tais trabalhadores.⁵¹Em Belém tais discussões já aparecem nos jornais a partir de 1881. Segundo Bezerra Neto foi noticiado no *Diário do Gram-Pará* que o então chefe de polícia da província estava confeccionado um projeto de regulamentação do serviço doméstico, visto que o trabalho livre de então estava sujeito a muitos vícios.⁵²A presença não só de escravas, mas também de libertas em atividades domésticas foi algo comum no Pará, o *Diário de Notícias* denunciou em 21 de dezembro de 1885, que no distrito do Mojú a polícia invadiu a casa comercial de *Ferrão Silva & Cia*, agarrando e conduzindo a cozinheira, então liberta Alexandrina.

Em março de 1888 foi denunciado que o subdelegado do segundo distrito da capital havia invadido a casa de uma mulher chamada Amália, na rua das Flores, remexendo a “mais pequena caixa de segredos da pobre mulher”.⁵³Em resposta, o dito subdelegado

⁴⁶ LIMA, Aline de Kassia Malcher. Já citado.

⁴⁷ TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.

⁴⁸ COWLIG, Camila. *Concebendo a Liberdade: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

⁴⁹ BAKOS, Margareth. *Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)*. Revista Brasileira de História.

⁵⁰ SILVA, Maciel Henrique. *Nem mãe preta, nem negra fêlo: Histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador*. Jundiá, Paco Editorial, 2016.

⁵¹ BARRETO, Marina Leão de Aquino. *Criada, não, empregada! contrastes e resistências sob a vigília dos padrões na regulamentação do trabalho doméstico livre ao final do século XIX em Salvador*. -- Salvador, 2018. p. 21.

⁵² BEZERRA NETO, José Maia. *Por Todos os Meios Legítimos e Legais: As lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará, 1850-1888)*. Tese de Doutorado, PUC- SÃO PAULO, PGHIST, São Paulo, 2009. p. 342.

⁵³ O Liberal do Pará, 25/03/1888, p. 2. HDBN.



publicou suas explicações no *Diário de Notícias*, segundo ele, o chefe de polícia o havia designado para averiguar o roubo de algumas joias da *Tinturaria do Comércio* que teriam sido levadas pela cozinheira do mesmo estabelecimento de nome Anna Andreza, filha da liberta Amália. Ao entrar na casa delas lhe foi apresentado 4 caixas, duas vazias e duas com joias, porém estas não eram as joias roubadas da tinturaria, mãe e filha foram intimadas a comparecerem à delegacia de polícia a fim de prestarem esclarecimentos.⁵⁴

Já que trato deste fato, devo cientificar ao público que Amália e sua filha Anna Andreza, sendo interrogadas pelo chefe de polícia, divergiram em pontos essenciais do seu interrogatório, ficando a dita autoridade convencida de que Anna Andreza, foi quem furtou da gaveta de uma cômoda, do quarto das meninas órfãos do finado tintureiro Coumat, as joias a que acima me refiro”.⁵⁵

A suspeição que recaía sobre libertos, especialmente criadas, era um dos grandes problemas enfrentados por tais mulheres. Foi Amália quem procurou os jornais para denunciar os abusos do subdelegado, em um contexto de efervescência do movimento abolicionista paraense. Talvez acreditasse poder contar com a simpatia de algum abolicionista ante a sua causa. Mãe e filha sobreviviam de alugar seus serviços, possuíam algumas joias, objetos que foram comuns a libertas nos testamentos, teriam rendas mínimas para seu sustento, como reforça Maria Odila, estas mulheres viviam mais como autônomas, não necessariamente como assalariadas,⁵⁶ eram formas híbridas de trabalho, que mesclava o servilismo da escravidão, as aspirações modernizantes sobre o trabalho e a luta cotidiana por autonomia destas mulheres. A menor Antônia Luísa, filha da liberta Crescencia Maria da Conceição, mesmo sendo ingênua foi alugada aos comerciantes Sinay & Levi, sendo pago trinta mil reis mensais a antiga senhora de sua mãe, e após o treze de maio passou a receber para si o valor de trinta e cinco mil reis mensais.⁵⁷

As mulheres que viviam da produção e venda de comida estavam marcadas pelas experiências da escravidão, mulheres pobres marcadas por designações depreciativas, consideradas de maus costumes.⁵⁸ Como ressalta Maria Odila; “não eram assalariadas, não gozavam de direitos civis, nem tinham acesso à cidadania política”,⁵⁹ seus registros são tão esparsos e dispersos que reconstituir suas vidas, experiências e lutas tornou-se um desafio aos historiadores.

⁵⁴ Diário de Notícias (PA), 27/03/1888, p. 3. HDBN.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX*. Editora Brasiliense, 1984, p. 24. p.9.

⁵⁷ Auto de Tutela da menor Antônia. Série: Cível; Subsérie: Tutelas, Caixa: 1888. Cartório Ódon. Centro de Memória da Amazônia.

⁵⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX*.

⁵⁹ Idem, p.31.



Para a população masculina de libertos, pude me valer das listas de cidadãos votantes, de matrículas de alunos, e tantas outras informações que aparecem nos jornais, para resgatar suas experiências, já para estas mulheres, restaram apenas suas alforrias, suas sombras em processos de liberdade, notas de jornais que traziam os padrões normativos e morais construídos por homens, reforçados por mulheres de aspirações burguesas. Escravas e libertas, não estavam a margem do cotidiano, estiveram no centro, nas ruas, nas cozinhas, mercados, tabernas, construindo seus próprios valores.

Eleodora Maria da Conceição, de 27 anos, natural de Monte Alegre interior da província, residente na travessa de Santo Antônio, no dia 4 de agosto de 1887, por volta das cinco horas da tarde escutou sua “vizinha” Patrícia Maria da Silva, de sua “casa”, chamá-la de ladra acusando de ter furtado certa quantia. Defendeu-se declarando que não possuía tal vício e que já esteve “alugada em muitas casas comerciais, sem quem nenhum de seus patrões tivesse queixas suas”, e mais, que Patrícia dizia semelhante coisa “porque se mostrava ser uma negra”.⁶⁰No dia seguinte, Patrícia foi ao encontro de Eleodora que acabava de fazer compras na taberna fronteiriça a sua residência, armada de uma faca, e tentou golpeá-la sendo impedida pelo dono do comércio e sua amásia.

Entrevemos neste caso uma série de elementos do submundo de empregadas, taberneiros e amasias. Certos valores presentes nos discursos das elites foram ressignificados por Eleodora, ter trabalhado em muitas casas lhe conferiu um ar de boa criada, mesmo que nas discussões sobre o regulamento em março de 1889, o fato da frequente circulação das domésticas ser duramente criticado. Ao alegar que Patrícia se “mostrava ser uma negra”, não me parece estar simplesmente aludindo a cor, e sim aos signos da negritude, as atitudes de Patrícia, seriam atitudes de uma negra, cheia de vícios tal qual é construída nas narrativas de folhetins, e notícias dos periódicos.

Elas coabitavam uma casa subdividida em quartos com outros tantos moradores, os cortiços, que passaram a abrigar libertos, imigrantes e migrantes. Patrícia era natural do Maranhão, tinha 21 anos, mulher solteira, coabitando com outras mulheres e homens, além de ter sido roubada, foi chamada de negra em tom jocoso, teve de lidar com sua própria condição e no ímpeto de sua juventude resolver levar a cabo uma fadada vingança. Para além da importação de mão de obra masculina, estas mulheres também migravam, forçosamente ou por escolha própria, em um contexto de crescente urbanização. Tais experiências de lutas efetivadas por mulheres foram tecidas ainda durante o regime

⁶⁰ Autos de Crime de tentativa de Homicídio, 1887, 1º Distrito Criminal, notação 7 (1887-1892). CMA.



escravista, neste sentido apresento a trajetória de uma família de libertas na cidade de Belém.

Família de libertas

Uma família de libertas que potencializou a mobilidade ao longo de duas décadas foi a de Maria da Conceição e suas filhas. A manutenção de bens ao longo das décadas de 1860 e 1870 foi uma das estratégias de sobrevivência e mobilidade acionadas por estas mulheres. Maria da Conceição além de liberta era africana, possuía um quarto de casas na travessa São Matheus e um terreno na Estrada de São Jeronimo, não é difícil supor que ela tenha herdado tais propriedades de seus antigos senhores. Era então solteira com duas filhas e uma neta, Dorothea das Chagas, Maria de Nazareth e Ignez de Jesus respectivamente, estabelecendo a seguinte divisão de seus bens:

Declaro que deixo o quarto de casas onde moro sito a travessa São Matheus a minha filha Maria de Nazareth com a obrigação desta dar a sua irmã Doroteia das Chagas a quantia de cento e cinquenta e seis mil reis.

Declaro que deixo cinco braças de frente e seus respectivos fundos do terreno que possuo na estrada de São Jeronimo a minha filha Doroteia das Chagas; bem assim deixo mais a esta todos os aviamentos existentes no mesmo terreno e toda a telha que tenha na casa em que mora para ajuda de qualquer edificação que ela tenha que fazer no supradito terreno.

Declaro que deixo duas braças do remanescente terreno acima declarado sendo estas de frente e seus respectivos fundos a minha neta Ignez de Jesus filha da minha filha Maria de Nazareth.

Maria da conceição já estava no Grão-Pará em 1836, ano em que Dorothea nasceu, não foi possível identificar se suas filhas nasceram livres ou também foram libertas, certamente vivenciou o clima cabano de Belém na década de 1830. Contudo, como mãe talvez já de três filhos, foi mais interessante manter-se dentro da lógica senhorial a fim de preservar a si mesma e a sua família, quando fez seu testamento não mencionou o filho já falecido de nome Manoel. Manteve-se solteira, porém teve a companhia de Gaudêncio a quem sua filha Maria de Nazareth reconhecia como pai mesmo declarando ter pai incógnito em seu testamento.

Quando do seu testamento em 1864 legou a Dorothea o terreno na estrada de São Jeronimo mais as telhas que possuía na sua casa, incumbindo sua outra filha a dar a Dorothea cento e cinquenta mil réis, não faria tal disposição se não soubesse da capacidade de Maria de Nazareth em conseguir o dinheiro, queria que sua filha tivesse ao menos uma casa para viver, dez anos depois em 1876 quando do testamento de Dorothea, sua casa já estava pronta e constituíam seus poucos bens além de suas joias.



Dorothea das Chagas foi designada como preta em seu testamento, o mais provável é que o escrivão assim tenha feito, menos em função da sua cor e sim pelo reconhecimento social dado a ela. Ela legou sua casa na estrada de São Jeronimo a sua irmã, e parte de seu terreno ao mestre sineiro da igreja de Nazareth chamado Manoel Teles, é mais provável que este tenha entrado no círculo social de Dorothea por ser vizinho,⁶¹ além da proximidade espacial temos a proximidade social pautada na designação de cor, em 1877 foi publicado o falecimento de Manoel Telles, pardo, casado, sacristão da freguesia de Nazareth, neste sentido testadora e herdeiro compunham o que usualmente se designou no século XIX como pessoas livres de cor.⁶² O círculo social a qual Dorothea estava imerso vinculava-se ainda a antiga condição de sua mãe, todas às três mulheres nomearam como testamenteiro ao Sr. Ricardino Augusto da Costa, este por sua vez aparece como testamenteiro ao menos 14 vezes entre as décadas de 1860 e 1880, seu nome foi recorrente nos jornais de Belém, principalmente em relação à captura e detenção de escravos de sua propriedade.

A presença contínua de Ricardino nos testamentos desta família de libertas demonstra a influência e a capacidade do domínio senhorial, claro que tal domínio na vida em liberdade exigiria contrapartidas vinculadas a noção de proteção, uma destas foi ter sido nomeado testamenteiro delas. Tarefa essa que não era algo tão simples visto ter que fazer cumprir as últimas disposições das testadoras, exigindo certa dedicação e tempo para tal tarefa. As informações sobre cada uma dessas mulheres são poucas, enquanto para libertos seus nomes podem ser rastreados com maiores chances de êxito, as libertas raramente aparecem nos jornais de maneira especificada, não por estarem restritas ao universo doméstico, e sim por estarem inseridas em um processo de exclusão social amplo, atrelado a *status* jurídico, cor e gênero.

Mulheres negras, pardas e mulatas, agiam entre brechas das estruturas da escravidão, do paternalismo e patriarcado. Não votavam, não tinham acesso a cargos públicos salvo de professoras, não passaram por um processo de valorização de seu trabalho como ocorreu com os artífices na virada do século XIX para o XX. Ainda assim, margeando as engrenagens do poder, das estruturas, conseguiam mobilidade e inserção social, como já destacou Sheila de Castro Farias ao tratar das “sinhas pretas”. Demonstrou que estas

⁶¹ Em um anúncio de venda de um terreno na Estrada de São Jeronimo, o mesmo terreno localizava-se continuo a casa do sr. Manoel Telles. Neste sentido infiro tratar-se do mesmo Manoel indicado no testamento de Dorothea. Diário de Belém, 03/09/1869, p. 3. HDBN.

⁶² A Constituição (PA), 13/07/1877, p. 2. HDBN.



mulheres forras, particularmente as africanas foram capazes de acumular recursos materiais por meio de suas atividades de comércio, por vezes vinculado a tradições africanas.⁶³ Tal capacidade de acumular pecúlio por vezes desdobraria na maior frequência de manumissões, assim como estas poderiam aplicar tais recursos na aquisição de escravos, mesmo ainda em cativo como foi o caso da escrava Clara Maria do Carmo, que sob o julgo da escravidão comprou uma cativa preta, provavelmente africana, de nome Maria.⁶⁴

Das três libertas acima mencionadas Maria de Nazareth foi a que alcançou maior inserção social no “mundo dos brancos”, assim como bens materiais. Seu testamento feito em 1879 foi bem mais extenso do que de sua mãe e irmã. Ela manteve-se solteira assim como estas, sua filha Ignez já era então falecida, contudo construiu uma significativa teia de relações por meio do compadrio. Quando da sua morte ela possuía três prédios em Belém, 1 no Largo do Quartel, outro na Rua da Pedreira e o último da estrada de São Jerônimo, não houve menção a casa legada por sua mãe na travessa de São Matheus, neste sentido é provável que Maria tenha vendido e aplicado o recurso para comprar terras ou casas na Rua da Pedreira e no Largo do Quartel ampliando assim o número de posses.

Ela poderia muito bem viver dos aluguéis das ditas casas algo comum em Belém da segunda metade do século XIX, por vezes encontrei testadores deixando dinheiro que deveria ser tirado dos aluguéis de suas moradas. Para uma mulher solteira a renda do aluguel de duas ou três casas seria mais que o suficiente para se manter e acumular recursos, abaixo temos um anúncio de aluguéis de casas, sendo que uma casa na Rua das Flores na década de 1850 era alugada por cerca de 30 mil réis mensais, em 1889 localizei o anúncio de aluguel de uma “casa puxada” pelo valor de 35 mil réis.⁶⁵

À medida que a cidade de Belém crescia e se urbanizava, a demanda por residências para os inúmeros trabalhadores que aqui aportavam sejam migrantes livres ou forros assim como os imigrantes, passou a consolidar um mercado urbano de casas. Maria de Nazareth saberia se valer de tal contexto econômico para otimizar seus bens, além dos aluguéis poderia ela mesmo, sua mãe e irmã durante certo tempo terem trabalhado ao ganho, a busca por uma mão de obra feminina para as atividades domésticas perpassavam pela mão de obra escrava e forra como os anúncios abaixo indicam.

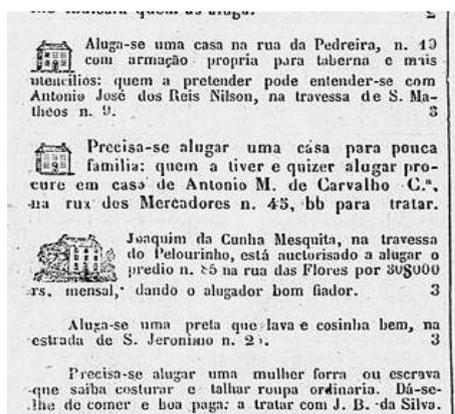
⁶³ FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense Concurso para Professor Titular em História do Brasil. Niterói, 2004.

⁶⁴ Testamento e Antônia da Veiga da Fonseca, 1842.

⁶⁵ Diário de Belém, 20/03/1889, p. 7. HDBN.



Anúncios de aluguel de casas e mão de obra.



Gazeta Oficial, 10/07/1859, p. 4.

O certo é que Maria legou em esmolas, doações aos seus afilhados e amigos, doações as irmandades religiosas, mais dinheiro de missas para sua alma atingindo o valor de dois contos e oitocentos mil réis, não foi um montante irrisório mesmo para meados da década de 1870. Certamente Maria poderia ser designada como uma “sinhá preta”, embora sua condição tenha diluído sua cor em um processo de embranquecimento social. Salvo a sua genealogia descrita em testamento não ocorreu menção a sua cor, e a condição de africana liberta de sua mãe. Guardava em sua memória a dor da perda de mãe, irmã e filha, tanto que preocupada com a vida “além túmulo” mandou dizer capelas de missas por seus familiares:

Quero que se mande rezar uma capela de missas por minha alma, uma dita por alma de minha mãe, uma dita por alma de minha filha Ignez de Jesus, meia dita por alma de minha irmã Dorothea das Chagas, meia dita por alma de meu irmão Manoel e meia dita por alma de Gaudêncio, a quem em vida reconheceu como pai.

Nascida e criada no catolicismo popular, por sua morte legou dinheiro as irmandades do Santíssimo Sacramento da Freguesia da Campina, de Nossa Senhora das Dores do Rosário da Campina, para a própria Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Campina assim como a de São Benedito e de Nossa Senhora da Conceição existentes na igreja da Campina, colaborou também para os festejos em homenagem a São Raimundo Nonato da igreja de Sant’Anna da Campina. Sua religiosidade eminentemente católica estava atrelada a uma das irmandades “pretas” de Belém, ressaltando traços da sua identidade familiar e de seu *status* social, desejou então ter um lugar especial para seus restos mortais; “quero também, que depois de três anos de meu falecimento sejam exumados os meus restos mortais e depositados numa urna na igreja do Rosário da Campina”. O teor



simbólico de tal desejo remete ao prestígio que Maria acreditava possuir em virtude talvez das muitas doações feitas para a igreja, reconstruindo uma tradição do “mundo branco lusitano” na sua comunidade negra. Exigiu bem mais que sua mãe e sua irmã, e assim o fez por poder fazer, seu grau de mobilidade em termos materiais seria utilizado no próprio processo de salvação de sua alma, barganhava assim como muitos senhores a salvação por meio da piedade cristã na hora da morte, chegou a legar dois mil reis a cada Lázaro do Asilo do Tucunduba que lá existisse quando morresse.

Dentre os vários nomes mencionados em seu testamento estava o da professora de ensino primário do 3.º distrito da capital Antônia de Jesus Gomes Franco. Maria de Nazareth declarou o seguinte “deixo duzentos mil reis a minha comadre Dona Antônia de Jesus Gomes Franco, professora pública nesta capital”. A escolha das palavras ao se referir a Antônia de Jesus são significativas, foi a única das mulheres designadas como Dona no testamento e tal termo é tomado enquanto símbolo de prestígio social, além disso, ela chamou de comadre, neste sentido provavelmente Antônia foi madrinha da sua falecida filha Ignez de Jesus.

O pouco que pode-se saber sobre sua comadre é que ela estudou no Colégio do Amparo em Belém, instituição fundada no início do século XIX pelo Bispo D. Manoel Almeida Carvalho em 1804, a fim de abrigar e promover a educação de meninas índias trazidas para a capital, e ao longo do século XIX se tornou um importante instituto de ensino a meninas desvalidas e pensionistas.⁶⁶ Em 1859 Antônia solicitou ser admitida para realizar o exame de provimento para a cadeira de ensino primário no distrito do Mojú,⁶⁷ ao que parece ela executou tal exame com excelência recebendo elogios pela folha *Gazeta de Notícias*; “foi em verdade um ato de glória e satisfação para muitos dos assistentes”,⁶⁸ nomeada para tal vaga em meados de abril de 1859.⁶⁹ Ainda no primeiro semestre de 1859 foi transferida para a cadeira de ensino feminino do 2.º distrito da Capital,⁷⁰ tendo ocupado na década de 1870 a cadeira de ensino primário do sexo feminino no 3.º distrito de Belém.

Impossível saber que maneira Maria de Nazareth e Antônia se conheceram, contudo, Ignez já era nascida em 1864 e Antônia como madrinha da mesma já mantinha contado

⁶⁶ Sobre o colégio do Amparo em Belém ver: SABINO, Elianne Barreto. *A Assistência e a educação de meninas Desvalidas no Colégio de Nossa senhora do Amparo na província do Grão – Pará (1860 -1889)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, UFPA, 2012.

⁶⁷ A Epoca: Folha política, comercial e noticiosa, 01/03/1859, p. 2. HDBN.

⁶⁸ Gazeta Oficial, 15/04/1859, p. 2. HDBN.

⁶⁹ A Epoca: Folha política, comercial e noticiosa, 26/04/1859, p. 2. HDBN.

⁷⁰ Gazeta Oficial, 02/07/1859, p. 2. HDBN.



com esta família de libertos ao menos durante 15 anos, enquanto professora primaria poderia lecionar a Ignez ampliando as chances de mobilidade geracional. Entre os afilhados de Maria de Nazareth encontrei membros de famílias senhoriais, de comerciantes, da armada e escravos. Manteve contato com a família de Ricardino Augusto da Costa, deixou duzentos mil reis a neta deste, Maria Augusta da Costa, mencionou o nome da mãe de Ricardino e a incumbiu de cuidar das missas a sua Coroa do Divino Espírito Santo, a relação tão longeva com esta família faz crer que se tratava da antiga família senhorial a qual sua mãe pertenceu. Relações de parentesco Ritual reafirmavam laços horizontais e verticais com a antiga família patriarcal.

Maria deixou o valor de quatrocentos mil réis para a alforria de sua afilhada Benedicta, escrava de um Jeronimo de tal da Costa, e se esta já estivesse livre tal valor deveria lhe ser entregue da mesma maneira, além do dinheiro deixou um cordão de ouro. No limiar de sua vida pode prover, ou ao menos tentar, a experiência de liberdade a uma jovem cativa, sabia então que a sociedade poderia absorver Benedita, torná-la livre e senhora de si.

Considerações finais

Ao longo de suas vidas, homens e mulheres no Pará do século XIX moveram-se em busca da sobrevivência. Para os que transitaram da condição escrava para a de libertos e livres o grande desafio foi conseguir lidar com as marcas do passado na escravidão, os riscos eminentes de serem conduzidos novamente ao cativeiro, o preconceito sobre a origem e os limites impostos pelas estruturas do sistema escravo, mesmo após a abolição. Sobreviver em um mundo extremamente hierarquizado só foi possível em função das redes de solidariedade e sociabilidade, por vezes fez-se necessário mais de uma geração para que pudessem ser integrados a sociedade local.

A prática comum da alforria permitiu o ingresso de milhares de ex-cativos no mundo dos livres e a liberdade era apenas um dos muitos passos para a aquisição de direitos. Estiveram marcados pela suspeição policial, pelo controle de ex-senhores, poucos efetivamente se tornaram senhores de si. No mundo urbano puderam se adaptar as dinâmicas internas de Belém da borracha, das firmas comerciais e do comércio urbano de alimentos.

Acredito ter demonstrado que estas mulheres fizeram mais que estar a sombra de seus antigos senhores. Diante de um sistema pautado na política de domínio, negociaram com os instrumentos que tinham, a fuga, resistência e “subserviência”. No cotidiano das



relações sociais conquistaram direito a família (embora este estivesse sob ameaça contínua), a bens, e uma ainda confusa e complexa “semi-cidadania”.

Nas “fimbrias do sistema”, ampliavam as chances de mobilidade de seus descendentes, e, ao mesmo tempo contrapunham-se aos modelos de feminilidade projetados pelos ideais de civilização modernos.

Data de submissão: 10/10/2019

Data de aceite: 18/05/2020



Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra medo branco, o negro no imaginário das elites no século XIX**. Annablume, 2004.

AZEVEDO, J. Eustáquio. **Antologia amazônica: poetas paraenses**. 1904.

BAKOS, Margareth. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). **Revista Brasileira de História**.

BARBOSA, Maruel Ferreira. **O Pagé: o naturalismo inacabado de Marques de Carvalho (1884-1887)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, PPHIST/UFPA; 2011.

BARRETO, Marina Leão de Aquino. **Criada, não, empregada!** contrastes e resistências sob a vigília dos patrões na regulamentação do trabalho doméstico livre ao final do século XIX em Salvador. -- Salvador, 2018.

BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo: **Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877/1915)**. Dados vol.42 n.3 Rio de Janeiro 1999.

BEZERRA NETO, José Maia. Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888). Revista: **História & Perspectivas**, Uberlândia (41): 267-298; jul/dez.2009.

BEZERRA NETO, José Maia. **Por Todos os Meios Legítimos e Legais: As lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará, 1850-1888)**. Tese de Doutorado, PUC- SÃO PAULO, PGHIST, São Paulo, 2009.

COSTA, Raíssa Cristina Ferreira. **A pedagogia da liberdade: a educação profissionalizante e o Instituto Paraense de Educandos Artífices**. Monografia de Conclusão de Curso. UFPA/ IFCH, Faculdade de História, 2016.

COWLIG, Camila. **Concebendo a Liberdade: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX**. Editora Brasiliense, 1984.

FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras**. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense Concurso para Professor Titular em História do Brasil. Niterói, 2004.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Páginas Antigas: uma introdução a leitura de jornais paraenses, 1822-1922. **Margens**, v. 2, n 3, 2005.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.



GINZBURG, Carlo. A áspera verdade – um desafio de Stendhal aos historiadores. *In: O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo Valente. **Migrações portuguesas no Pará (1800-1850)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

LACERDA, Franciane da Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889/1916)**. Belém; Ed. Açáí, 2010.

LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. **Barbadianos negros e estrangeiros: trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX**. Tese – Universidade federal Fluminense, Departamento de História, 2013.

LOBO, Marcelo Ferreira. **“Apesar de Preto é cidadão”**: trabalho, família e mobilidade de libertos no Brasil (Grão-Pará, 1796-1918). Tese de Doutorado, PPHIST/UFGA, 2019.

LOBO, Marcelo Ferreira. **Direito e Escravidão**: As ações de liberdade nos tribunais de Belém na segunda metade do século XIX. Trabalho de conclusão de curso. UFGA, IFCH, Faculdade de História, 2011.

LOBO, Marcelo Ferreira. **Liberdade tutelada: ingênuos e órfãos no Pará (1871-1893)**. Dissertação de Mestrado; PPHIST/ UFGA. - 2015.

MALCHER, Aline de Kassia. **Chegadas e partidas: a trajetória de trabalhadores espanhóis na metrópole amazônica (1898-1920)**. *In: Trabalho, democracia e direitos, volume 2: mundos do trabalho, identidades e cultura operária [recurso eletrônico] / Clarice Gontarski; Speranza; Micaele Scheer (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, pp. 233-254.*

MATA, Iacy Maia. —Libertos do Treze de Maio e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. **Revista Afro-Ásia** n° 35, pp. 163-198.

MODESTO, Victor Hugo (2018); **“Nascidos de Ventre Livre”**: A Tutela de “Ingênuos” Em Belém Do Grão-Pará (1871-1889). Monografia de conclusão de curso – UFGA/FAHIS, 2018.

PALHA, Barbara da Fonseca. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2011.

RONCADOR, Sônia. **A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)**. – Brasília: editora Universidade de Brasília, 2008.

SABINO, Elianne Barreto. **A Assistência e a educação de meninas Desvalidas no Colégio de Nossa senhora do Amparo na província do Grão – Pará (1860 -1889)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, UFGA, 2012.

SARGES, Maria de Nazaré. **Riquezas, Tributos e Mercado de Trabalho em Belém (1890-1910)**. *In: Tesouros da Memória – História e Patrimônio no Grão-Pará*. Aldrin Moura Figueiredo & Moema Bacelar Alves (orgs.). MABE, 2009, Belém.



SCHWARZ, Roberto. A importação do romance e suas contradições em Alencar. *In: Ao vencedor as Batatas*: forma literária e o processo social nos inícios do romance brasileiro. – São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SILVA, Alan Victor Flor da. **Marques de Carvalho na Imprensa periódica paraense (1880-1900)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras; ILC/UFPA, 2014.

SILVA, Alan Victor Flor da. **Vida literária na Belém oitocentista**: a contribuição do Diário de Belém para o desenvolvimento das letras na capital paraense (1882-1889). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, Maciel Henrique. **Nem mãe preta, nem negra fêlo**: Histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

SILVA, Valder Paixão e. **Abolicionismo e Instrução**: o aprendizado da liberdade (Pará, 1860-1888). Trabalho de conclusão de curso; Faculdade de História, IFCH/UFPA, 2019.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados**: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2013.

